

Parecer da Quercus

Estudo de Impacte Ambiental do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Campolide

Nos termos do disposto nos Artigos 14º do D.L. 69/2000, de 3 de Maio e 14º do D.L. 197/2005, de 8 de Novembro, relativo à participação pública nos processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), vem a Quercus- Associação Nacional de Conservação da Natureza, através do seu Núcleo Regional de Lisboa, apresentar o seu parecer relativo ao Estudo de Impacte Ambiental do Prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Campolide. O projecto objecto de análise é justificado pela melhoria das acessibilidades em transporte colectivo não poluente numa zona central da cidade de Lisboa, centro habitacional e de serviços, que em muito beneficiará de uma maior inserção e conectividade à restante Linha do Metropolitano de Lisboa.

A Quercus considera que, dadas as características particulares da área de implantação do projecto — uma zona urbana muito consolidada e com importantes elementos patrimoniais e arquitectónicos, este deveria ter como elementos prioritários a salvaguarda dos mesmos.

Verificamos no entanto, pela análise do EIA, que, apesar de as limitações e condicionantes serem por demais evidentes, as medidas de minimização são apenas indicativas e genéricas, carecendo de explicitação e de pormenorização, face aos valores que estão em causa.

A Quercus recorda que estão em causa, nomeadamente, um troço importante do Aqueduto das Águas Livres, o reservatório da EPAL, o corredor ecológico da Cidade de Lisboa (que é atravessado pela nova infra-estrutura), o túnel ferroviário entre o Rossio e Campolide e a manutenção do parque de estacionamento de Campolide e de diversas caves na zona.

O EIA refere que dadas as várias condicionantes existentes, não é possível apresentar alternativa ao projecto. A Quercus recorda que, para além de uma alternativa de localização, é sempre possível apresentar alternativas de concepção. De facto, se por um lado o Metropolitano de Lisboa é uma das infra-estruturas de transporte mais eficazes na cidade, por outro lado as suas características de implantação, que implicam obras de engenharia pesada com todo um conjunto de impactes e incómodos associados, poderão não ser as mais adequadas a determinadas zonas como a que está presentemente em análise – o Alto de Campolide.

Tendo em consideração os aspectos acima mencionados, a Quercus lamenta que não exista um plano de transportes para a cidade de Lisboa, que coordene e reforce uma verdadeira conectividade entre todos os modos de transporte à disposição na cidade de Lisboa e na sua envolvente.

Em concreto, não se percebe porque foram anteriormente efectuados investimentos para o restabelecimento da catenária e das linhas eléctricas na zona do Alto de Campolide (aparentemente com vista ao restabelecimento da linha do eléctrico de superfície) para as mesmas não virem a ter qualquer utilidade futura.

Dadas as características particulares da cidade de Lisboa, com alguma orografia acentuada, zonas verdes com alguma importância (como é o caso do Jardim da Estrela), não se compreende como não é estudada uma alternativa de conjugação de uma rede eficaz de eléctricos de superfície, em corredor dedicado, com a rede do Metropolitano.

A médio e longo prazo, conseguir-se-ia a tão desejada conectividade entre os vários centros habitacionais e de serviços da cidade, utilizando preferencialmente o modo eléctrico de transporte, mais sustentável face ao novo paradigma energético.

Em conclusão, a Quercus considera que não foram estudadas todas as alternativas à implantação de uma infra-estrutura pesada no troço agora em análise. A Quercus considera que as alternativas por si sugeridas, nomeadamente a conjugação de uma rede do Metropolitano com uma rede de eléctrico em corredor dedicado, deveria ter sido objecto de estudo para todo um conjunto de zonas da cidade que apresentam características urbanas consolidadas, incluindo a que agora é objecto de EIA.

Caso o projecto venha a ser efectivamente autorizado e licenciado, é essencial que a DIA condicione o mesmo a que as medidas de minimização e de acautelamento do património natural e edificado existente sejam efectivamente especificadas e objecto de monitorização posterior, nomeadamente no RECAPE.

Lisboa, 10 de Setembro de 2008

P'la Direcção Nacional da

Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza

Ana Cristina Figueiredo

Vogal da DN